

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA DO
COLETIVO

Relatório Final de Intervenção Básica

**APRIMORAMENTO DO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL
COMO FERRAMENTA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE MANEJO POPULACIONAL DE
CÃES E GATOS (MPCG) EM MINAS GERAIS**

JÚLIA AMORIM FARIA

Tutor: Profa. Dra. DANIELLE FERREIRA MAGALHÃES

Curitiba -PR
OUTUBRO
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA DO
COLETIVO

Relatório Final de Intervenção Básica

**APRIMORAMENTO DO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL
COMO FERRAMENTA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE MANEJO POPULACIONAL DE
CÃES E GATOS (MPCG) EM MINAS GERAIS**

JÚLIA AMORIM FARIA

Tutor: Profa. Dra. DANIELLE FERREIRA MAGALHÃES

A apresentação deste Relatório Final de Intervenção Básica é exigência do Curso de Especialização em Medicina Veterinária do Coletivo, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, para obtenção do título de Especializanda

Curitiba -PR
OUTUBRO
2023

RESUMO

A presente intervenção se propõe a conduzir uma análise aprofundada e aprimorar o instrumento denominado Diagnóstico Situacional utilizado na Capacitação para Gestão do Manejo Populacional de Cães e Gatos (MPCG), realizada pelo Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC) em conjunto com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) que auxilia os municípios participantes do Programa Regional de Defesa da Vida (PRODEVIDA) na implementação das políticas públicas. O fundamento desse projeto reside na análise dos dados obtidos por meio do preenchimento do "Diagnóstico de MPCG" por parte dos municípios integrantes do PRODEVIDA. Paralelamente, foi desenvolvido um novo instrumento de coleta de dados, mais preciso e objetivo, que foi disponibilizado por meio do "Google Forms". O propósito principal é avaliar o estado atual das políticas de MPCG em Minas Gerais, bem como investigar qualquer evolução dessas políticas após a capacitação dos gestores municipais. Adicionalmente, pretende-se criar um banco de dados abordando as políticas de MPCG implementadas nos diversos municípios do estado. Os resultados preliminares obtidos até o momento destacam uma série de desafios enfrentados pelos municípios participantes, com ênfase na escassez de recursos financeiros, na insuficiente infraestrutura disponível, na carência de pessoal capacitado e no déficit de apoio político necessário para efetivamente implementar as políticas de MPCG. Nesse contexto, a presente intervenção almeja fornecer uma contribuição significativa para o aprimoramento dessas políticas, com foco na promoção do bem-estar animal e na prevenção de zoonoses em todo o estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: MPCG, Diagnóstico Situacional, PRODEVIDA.

ABSTRACT

This intervention aims to conduct an in-depth analysis and improve the tool called Situational Diagnosis used in the Training for the Management of the Population Management of Dogs and Cats (MPCG), carried out by the Institute of Veterinary Medicine of the Collective (IMVC) in conjunction with the Public Prosecutor's Office of Minas Gerais (MPMG), which helps the municipalities participating in the Regional Program for the Defense of Life (PRODEVIDA) to implement

public policies. The basis of this project lies in the analysis of the data obtained by filling in the "Diagnosis of MPCG" by the municipalities that are members of PRODEVIDA. At the same time, a new, more precise and objective data collection tool was developed and made available via Google Forms. The main purpose is to assess the current state of MPCG policies in Minas Gerais, as well as to investigate any evolution of these policies following the training of municipal managers. In addition, the aim is to create a database of the MPCG policies implemented in the state's various municipalities. The preliminary results obtained so far highlight a series of challenges faced by the participating municipalities, with an emphasis on the scarcity of financial resources, the insufficient infrastructure available, the lack of trained staff and the deficit of political support needed to effectively implement MPCG policies. In this context, this intervention aims to make a significant contribution to improving these policies, with a focus on promoting animal welfare and preventing zoonoses throughout the state of Minas Gerais.

Keywords: MPCG, Situational Diagnosis, PRODEVIDA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
REFERENCIAL TEÓRICO	7
OBJETIVOS	11
Objetivos gerais	11
Objetivos específicos	11
METODOLOGIA	11
RESULTADOS	16
CONCLUSÃO	22
CRONOGRAMA	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a atuação do médico-veterinário em políticas públicas é necessária e urgente. Um dos pilares é o manejo ético de populações de animais, que em Minas Gerais está emparado na Lei 21.970/2016. Mediante esse avanço, o projeto intitulado “Capacitação para a gestão do manejo populacional de cães e gatos” foi desenvolvido com intuito de preparar profissionais e atores (médicos-veterinários do serviço público e autônomos, gestores das secretarias de saúde, de meio ambiente, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias e protetores de animais) para a implementação do manejo populacional ético e sustentável de cães e gatos nos municípios participantes do Programa Regional de Defesa da Vida (PRODEVIDA).

O PRODEVIDA é uma iniciativa da Coordenadoria Estadual de Defesa Animal (CEDA) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) que apoia municípios mineiros a darem cumprimento às previsões da Lei Federal 13.426/2017 e da Lei Estadual 21.970/2016, mediante a implementação de políticas públicas direcionadas para o manejo populacional ético e humanitário de cães e gatos em área urbana. O PRODEVIDA atua prioritariamente em municípios organizados localmente, por associações ou consórcios, por meio da oferta de apoio técnico para a organização normativa local e a estruturação dos serviços públicos. A adesão ao projeto é voluntária e realizada pela assinatura de um termo de compromisso, chamado Termo de Compromisso Positivo – TCP, com o Ministério Público local, em que são previstas obrigações legais sobre o tema e, em contrapartida, a CEDA oferece subsídios para facilitar e estimular a implementação das políticas nas cidades, dentre eles, a capacitação dos profissionais que atuam nas prefeituras ou secretarias acerca do manejo da população de cães e gatos.

Neste estudo, intenciona-se analisar a capacitação oferecida pelo Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC), com apoio da CEDA. O objetivo da capacitação é ajudar as prefeituras a realizarem um diagnóstico/levantamento da estrutura, das políticas públicas e das ações referentes ao manejo populacional de cães e gatos, elaborar um programa de manejo populacional capacitando seus profissionais e parceiros para a gestão e execução de um plano de MPMG no território. O estudo visa também avaliar a

implantação das políticas públicas de manejo populacional nos municípios participantes do PRODEVIDA.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Diagnóstico de situação de população canina felina:

A investigação acerca da situação em que se encontra a população de cães e gatos em uma comunidade deve incluir parâmetros demográficos, epidemiológicos e análises sociológicas que explicitem como a população local avalia os problemas existentes e as possíveis soluções. É uma análise ampla que precisa considerar o comportamento humano, visto que é ele que determina o grau de bem-estar canino e felino, a origem da população de animais excedente, o tamanho e a dinâmica populacional. O diagnóstico inicial também deve incluir quem são os atores envolvidos, quais as legislações e políticas públicas existentes e os recursos humanos e econômicos que serão empregados para estabelecer o programa de manejo em curto, médio e longo prazo.

2.2 Uso de questionários como ferramenta de coleta de dados

Um questionário é um conjunto de questões, cujo objetivo é gerar dados para verificar qual a realidade daquele local, direcionar e verificar se as intervenções estão sendo efetivas. Não existe metodologia padrão para construção de questionários, porém, existem recomendações dadas que devem ser adaptadas para cada realidade. Sendo assim, para elaborar um questionário deve-se ter clareza sobre o conteúdo das perguntas, o formato de resposta desejado, a formulação das perguntas, apresentação, o lay-out e a realização do pré-teste (MELO; BIANCHI, 2005).

O pesquisador deve examinar cada assunto, a fim de garantir que o respondente será capaz de fornecer a informação desejada. É imprescindível se atentar para não colocar perguntas muito específicas, quando a pesquisa for de caráter geral. Além disso, os aplicadores do questionário devem ser capacitados, com objetivo de saberem orientar o preenchimento da maneira correta. É necessária a realização do pré-teste para verificar a efetividade da ferramenta utilizada, sendo uma aplicação teste do questionário para verificar

as limitações do instrumento. A partir desse pré-teste, ajustes serão realizados, caso necessário. A construção de um questionário deriva de um processo de melhoria, oriundo de quantas revisões forem necessárias.

Na elaboração de um questionário, deve-se partir da seguinte reflexão: qual o objetivo da pesquisa em termos dos conceitos a serem pesquisados e da população-alvo? Na introdução do material, deve-se estabelecer o nível de confiança necessário. Segue com as perguntas e finaliza agradecendo, reforçando os benefícios do preenchimento do questionário. É importante que o primeiro passo do contato do respondente com o pesquisador, seja uma boa apresentação do instrumento e das pessoas envolvidas na aplicação. Uma estrutura construída de forma consciente contribui para reduzir o esforço físico e/ou mental do respondente, além de assegurar que todos os temas de interesse do pesquisador sejam tratados na ordem adequada. Sendo assim, deve-se começar do conceito mais geral e finalizar com conceitos mais objetivos.

Pode ser evitado o constrangimento devido à ausência de conhecimento sobre determinado assunto, deixando claro que o questionário não constitui uma avaliação. Desde o início convém refletir sobre a análise e processamento de dados, de modo que as respostas de perguntas abertas necessitam de ser decifradas, as perguntas fechadas geram imediatamente indicadores que podem ser avaliados. Desta maneira, é refletindo sobre as perguntas e os itens que se estabelece a relação entre o objetivo de uma pesquisa e os conceitos pesquisados, enquanto as respostas representam o grau de conhecimento que o participante tem acerca do assunto pesquisado (GUNTHER, 2003).

2.3 Planejamento de ações de manejo de populações canina e felina:

O planejamento e execução de ações de manejo das populações de cães e gatos em áreas urbanas é um desafio para os gestores da saúde, pela ausência de diagnóstico situacional relacionado à realidade da população destes animais no território (ALMEIDA et al, 2015). Vale ressaltar que um erro recorrente de gestores é replicar modelos de outras localidades, contudo não existe modelo único de manejo populacional e daí entende-se a importância de conhecer a própria realidade e estabelecer um plano local. Então, o conhecimento da

dinâmica populacional permite definir as estratégias para seu manejo (GEBARA, 2019).

O diagnóstico do manejo de cães e gatos que ocorre em um determinado local é útil no processo de gerenciamento de populações para conhecimento da rotina da área a ser estudada e adequação do projeto às políticas públicas (GEDEF, 2017). A coleta desses dados também é importante ser realizada antes e depois das intervenções, para que se avalie a efetividade e o impacto das ações propostas. Consoante a Organização de Proteção Animal Mundial (WAP, 2017; CEDEF, 2019) existem três motivos centrais para pesquisar e assim determinar o tamanho e o tipo da população animal:

1. Avaliar a necessidade de uma intervenção: essa avaliação permite determinar se há ou não a necessidade de estabelecer um programa, bem como quais as áreas prioritárias. Determina-se a necessidade dos territórios a partir da avaliação dos principais problemas identificados;
2. Planejar uma intervenção: o planejamento adequado de programas de manejo populacional depende intimamente do conhecimento da população de cada município. Tal conhecimento auxilia na destinação adequada dos recursos necessários à implementação das medidas propostas;
3. Avaliar a intervenção: após a implementação do programa de manejo, as estimativas adicionais são essenciais para o acompanhamento da intervenção, visto que indica se alterações no programa devem ser realizadas. São utilizadas para detectar mudanças no número de cães em situação de rua e indicar - combinadas a outros fatores - a incidência de mordidas e a incidência de doenças nas populações caninas, bem como a efetividade da intervenção.

Uma vez em posse dos dados, o trabalho começa priorizando ações e com isso a destinação dos recursos disponíveis e então, uma lista de objetivos deve ser definida. Em resumo, torna-se fundamental:

- Avaliar se há ou não a necessidade de estabelecer uma intervenção;
- Definir quais caminhos serão adotados pelo poder público local, pela sociedade civil, Organizações da Sociedade Civil (OSC's) e proteção animal;

- Determinar um programa, bem como quais as áreas prioritárias no município;
- Alocar os recursos de maneira racional para que a política de manejo populacional e promoção de bem-estar sejam efetivas com o pouco recurso disponível.

Dessa forma, as estratégias de controle populacional devem procurar prioritariamente reduzir a população futura de animais em situação de rua com alvo nas fontes primárias, ou seja, de onde se originam os problemas. Para isso, deve haver a uma formação de um comitê multidisciplinar incluindo diversos atores como líderes comunitários, moradores, protetores de animais, médicos-veterinários e tutores de cães e gatos. Algumas perguntas iniciais devem ser realizadas nas primeiras fases de planejamento de um programa de manejo populacional.

Com relação à população canina e felina, pode-se utilizar inúmeras estratégias para Mensurar e entender a dinâmica populacional, dentre elas:

- Censo;
- Amostragem;
- Estimativa por amostragem estratificada proporcional (animais domiciliados);
- Técnica Pasteur São Paulo (TPSP) (animais domiciliados e de rua);
- Amostragem de “cães de rua” por blocos/ quadrantes (World AnimalProtection - WAP) (animais de rua);
- Captura e recaptura (animais de rua);
- Estimativa por meio do número de animais vacinados pela antirrábica.

Dessa forma, estudos censitários e epidemiológicos precisam ser determinados. Em relação à população humana, estudos observacionais podem ser realizados em praças públicas e locais de grande concentração animal, entrevistas pessoais, grupos focais, pesquisas digitais, questionários, dentre outras ações a partir de métodos consagrados pela ciência. A investigação prévia e conhecimento da população humana e animal são imprescindíveis para um programa de manejo efetivo, por isso, os gestores e colaboradores devem investir no diagnóstico.

O conhecimento do tamanho e dos estratos da população de cães e gatos é imprescindível para planejar ações de manejo populacional humanitário e sustentável nos territórios, além de possibilitar o norteamento do destino de recursos para a promoção da *Saúde Única*. Ao ter uma população como variável de interesse, o ponto de partida consiste na sua caracterização, por conseguinte, no delineamento de indicadores que determinam a necessidade de intervenção. Existem inúmeras características que podem ser avaliadas em uma população canina e felina, portanto, a escolha de quais devem ser mensuradas depende do intuito do programa de manejo que se objetiva implementar no município (BAQUERO e FERREIRA, 2019).

A partir da interpretação dos resultados, torna-se possível delinear uma intervenção com objetivos claros e resultados esperados. Posteriormente à realização do diagnóstico inicial, se tem definido meta, objetivos, problemas, necessidades de recursos humanos e financeiros, legislação e, assim, o comitê responsável deve elaborar em conjunto um plano de Manejo Populacional Ético e Sustentável no território com ações de curto, médio e longo prazo. Destemodo, se estabelece um cronograma e as responsabilidades de cada profissional, além de formas eficazes de monitoramento e avaliação. Caso todo o processo não seja realizado de forma ideal, ocorrerão gastos de recursos públicos sem obtenção de resultados efetivos e torna-se impossível planejar, obter indicadores, estabelecer metas, monitorar e avaliar (GEBARA, 2019).

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar e aprimorar o diagnóstico situacional utilizado como ferramenta na implementação das políticas públicas de Manejo Populacional de Cães e Gatos (MPCG) de municípios participantes do PRODEVIDA em Minas Gerais.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Verificar qual a situação das políticas de MPCG no estado de Minas;
- b) Verificar a evolução das políticas a partir da capacitação dos gestores municipais que atuam na saúde animal;
- c) Aprimorar o instrumento de coleta de dados para aplicar nos novos

municípios que aderirem ao PRODEVIDA em 2023;

d) Criar um banco de dados das políticas de MPCG dos municípios integrantes do PRODEVIDA em Minas Gerais.

4. METODOLOGIA

4.1 Área de estudo

O estado de Minas Gerais é localizado na região sudeste do Brasil, com vegetação predominante do Cerrado. É o segundo estado mais populoso do Brasil, com a capital sendo Belo Horizonte. Possui 09 Bacias Hidrográficas: Bacia do Rio Doce, Bacia do Rio Paraíba do Sul, Bacia dos Rios Paranaíba e Baixo Rio Grande, Bacia do Rio Grande, Bacia dos Rios Verde Grande e Pardo de Minas, Bacia Alto do Rio São Francisco, Bacia dos Rios Paracatu e Urucuia, Bacia dos Rios das Velhas e Paraopeba e Bacia dos Rios Jequitinhonha e Mucuri. O estado é dividido politicamente em 13 macrorregiões de saúde: Centro (Belo Horizonte), Centro Sul, Jequitinhonha, Leste, Leste do Sul, Nordeste, Noroeste, Norte de Minas, Oeste, Sudeste, Sul, Triângulo do Norte, Triângulo do Sul. (SILVA; RAMIRES, 2010)

4.2 Tipo de estudo:

Foi realizado em estudo de análise de banco de dados gerados pelo Ministério Público de Minas Gerais e o Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC) contendo informações dos municípios participantes do PRODEVIDA do período de 2021 a 2023, com ênfase na segunda etapa da capacitação a partir da ferramenta “Diagnóstico situacional de MPCG”.

4.3 Ações analisadas no PRODEVIDA:

A todos os municípios que assinaram o TCP foi oferecido um curso online com aulas teórico-práticas, pelo aplicativo “Zoom”, por profissionais do IMVC. Os encontros foram realizados em três etapas distintas, com duração de dois dias cada. Para convidar os municípios para participar da capacitação, foi feito contato com todos os participantes (via e-mail e via telefone). Os dados para se localizar os participantes foram obtidos na CEDA, nos arquivos do PRODEVIDA existentes, e quando necessário nos sites das prefeituras ou outros locais da *Internet*. Cada município poderá indicar até três participantes para realizarem a capacitação.

Os municípios foram divididos em grupos, que possuem em média dez

1ª etapa: foram discutidas estratégias de manejo populacional de cães e gatos, e a experiência dos participantes nos seus municípios.

municípios, escolhidos conforme a região a qual estão localizados no estado.

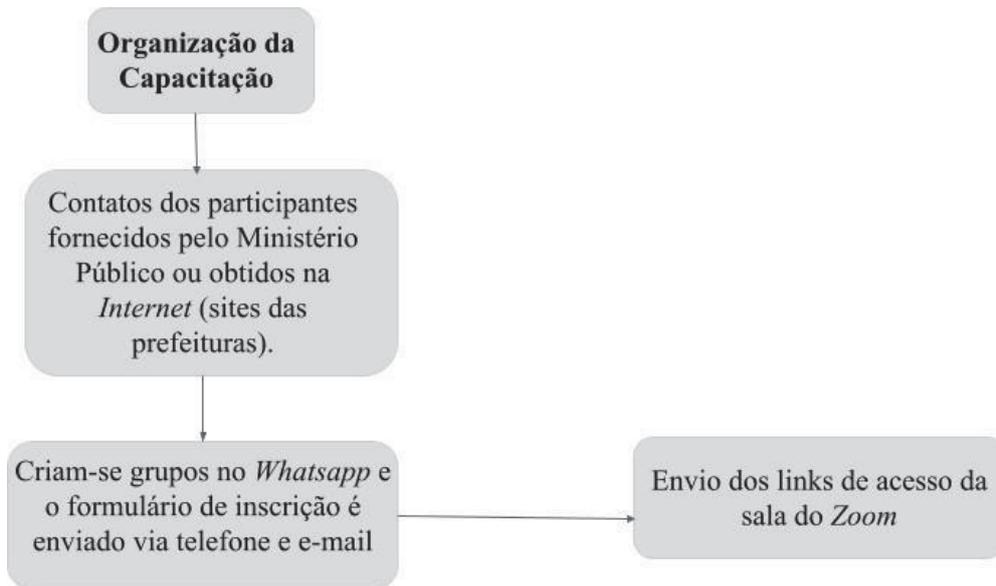
2ª etapa: os participantes trouxeram e discutiram o diagnóstico situacional de manejo populacional de cães e gatos e se prepararam para a elaboração do plano de MPCG, baseado nas informações obtidas por meio do diagnóstico e das aulas teóricas ministradas.

3ª etapa: os participantes apresentaram o plano que deveria ser enviado aos gestores municipais e avaliaram a realidade de suas cidades sobre o cumprimento do TCP - acordado com o Ministério Público - em relação ao plano proposto.

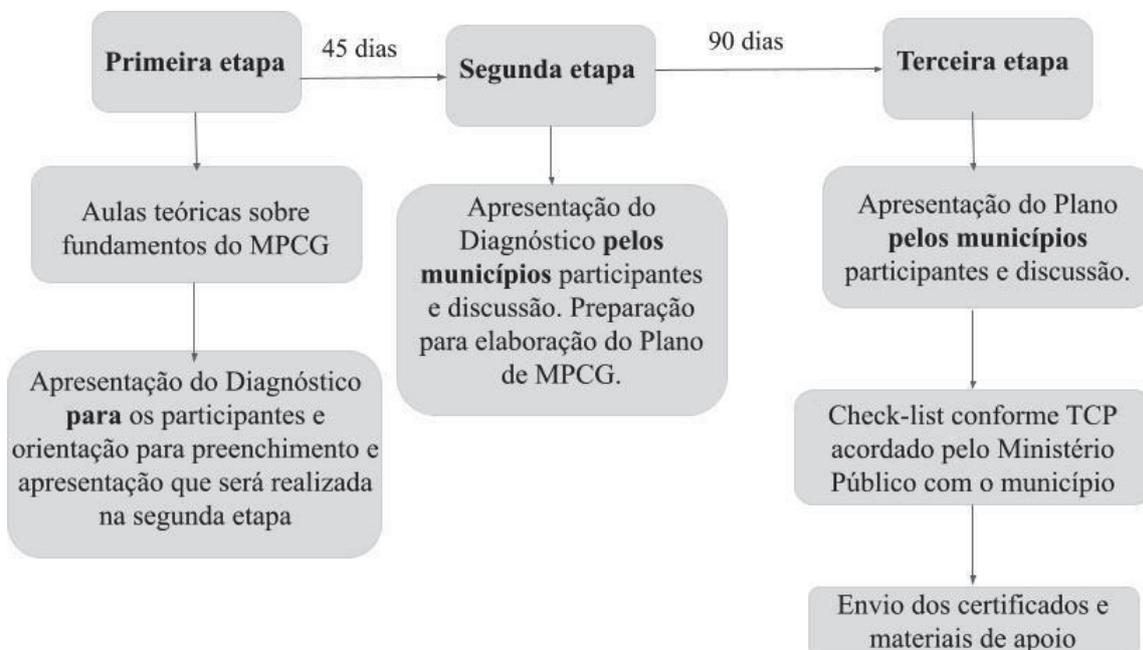
Entre a primeira e a segunda etapa foi dado um intervalo de 45 dias em média e entre a segunda etapa para a terceira foi dado, no mínimo, 90 dias de intervalo, dependendo do grupo. Para receber o certificado, os participantes precisam entregar o diagnóstico situacional que servirá de base de dados para avaliação da implementação das políticas públicas acordadas pelos TCPs dos municípios.

Após descrever o que consiste a capacitação de MPCG oferecida pelo IMVC, pretende-se dar enfoque, neste estudo, na segunda etapa da capacitação, em que se elabora e apresenta o diagnóstico situacional do município.

Fluxograma de organização da Capacitação:



Fluxograma de execução da Capacitação:



4.4 – Coleta de dados e instrumento de coleta:

O estudo foi dividido em três momentos:

- 1. Análise dos dados coletados após o preenchimento do “Diagnóstico de MPCG”, ferramenta elaborada pela Coordenadora do projeto Dra. Ana Liz Ferreira Bastos, por meio de um documento do Word.**

Em novembro de 2021, foram tabulados dados de 79 diagnósticos respondidos pelos municípios capacitados, categorizados em 57 perguntas classificadas como “Sim”, “Não” e “Sem resposta”. Esses dados estão discriminados na tabela 1 em ANEXO I e o Diagnóstico utilizado em documento “Word” se encontra no ANEXO II, ao final do trabalho.

- 2. Elaboração de um novo instrumento de coleta de dados, com objetivo de aprimorar o primeiro instrumento feito no Word, após análise dos primeiros municípios participantes. Esse novo instrumento foi produzido, no Google forms, no qual todas as perguntas foram revistas e pensadas para serem respondidas da forma mais objetiva possível. O Google forms é uma ferramenta fácil e acessível para ser enviada para os participantes da capacitação.**

O objetivo é projetar o diagnóstico na tela, na primeira etapa, para passar todas as perguntas com os participantes a fim de orientar o preenchimento e assim, os participantes preencherem em seus municípios entre a primeira e segunda etapa (45 dias) e apresentarem os resultados na segunda etapa do curso. O preenchimento da ferramenta será pré-requisito para obtenção do certificado. Ademais, a transformação do documento em Google forms pretende facilitar o seu preenchimento e possibilitar a criação de um banco de dados.

- 3. Criação de um banco de dados, pela conversão das respostas em tabelas do Excel, das políticas de MPCG dos municípios integrantes do PRODEVIDA. Essa coleta de dados, tem como intuito verificar qual foi o impacto do programa educativo realizado pelo IMVC nas prefeituras dos municípios mineiros que aderirem ao PRODEVIDA.**

5. RESULTADOS

5.1 Situação das políticas de MPCG no estado de Minas Gerais (MG):¹

Visto que existe a Lei Federal 13.426/2017 que estabelece normas para programas de controle populacional de cães e gatos no Brasil e em Minas Gerais, há a Lei Estadual 21.970/2016 que dispõe sobre a proteção, o registro e identificação e o controle populacional de cães e gatos, com objetivo de garantir o bem-estar animal e a prevenção de zoonoses, os municípios devem se capacitar e organizar para implementação das políticas públicas direcionadas ao Manejo Populacional de Cães e Gatos (MPCG).

O MPMG, por meio da CEDA, já assinou, de setembro de 2017 até abril de 2022, no âmbito do PRODEVIDA, 205 termos com municípios de todas as regiões do estado e a previsão é de que 148.832 animais sejam castrados por meio de 26 UMEES. Com relação à Capacitação de MPCG, somente de outubro de 2021 até setembro de 2022, foram 280 pessoas capacitadas e 76 municípios.

5.2 Evolução das políticas a partir da capacitação dos gestores municipais que atuam na saúde animal:¹

Apesar das iniciativas e dos avanços alcançados no estado de Minas Gerais, a partir da implementação do PRODEVIDA, pode-se perceber desinteresse governamental na implementação dessa estratégia. As principais dificuldades encontradas no cumprimento das cláusulas propostas no TCP consistem na falta de estrutura, falta de recursos financeiros, falta de pessoal, apoio político, conhecimento e do profissional médico-veterinário atuando no MPCG ou ausência do profissional na prefeitura.

A não adesão ao TCP por parte dos municípios acontece, visto que a assinatura do termo é voluntária e assim, os municípios alegam já ter política pública de manejo populacional implementada e que, portanto, não seria necessária assinatura do TCP. A transparência e a participação social também são fatores que contribuem para o sucesso e ampliação do PRODEVIDA.

¹ XAULIM, G.D.M. Análise do Programa Regional em Defesa da Vida Animal (Prodevida) e os efeitos da Capacitação Para a Gestão do Manejo Populacional de Cães e Gatos em Municípios do estado de Minas Gerais.

Todos os TCP são disponibilizados na íntegra na página da CEDA, tão logo ocorre a assinatura. Isso permite que a população tenha acesso às metas definidas para cada município e acompanhe seu cumprimento.

Houve possibilidade de expansão do PRODEVIDA para outros 82 municípios de sete associações ou consórcios de municípios, atingindo mais 3.373.598 de pessoas apenas em 2022. Com isso, totalizaram 287 municípios, resultando em taxas de 33,6% (287/853) dos municípios mineiros. Com a soma de esforços entre os programas do Governo Estadual e da CEDA, espera-se que Minas Gerais seja o pioneiro na implementação de políticas públicas comprometidas e articuladas para a promoção de *Saúde Única* a partir do MPCG nos territórios.

Apesar das dificuldades, grande parte das cláusulas dos Termos de Compromisso Positivo (TCP) vem sendo cumpridas. A inclusão nas previsões orçamentárias das verbas para a execução da política pública (72,7%) e as ações de esterilização cirúrgica (70,9%), foram as cláusulas com maior frequência de cumprimento. No estudo de Xaulim (2022), houve uma excelente avaliação do “Curso de Capacitação para Gestão do Manejo Populacional de Cães e Gatos” promovido pelo Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC). Logo, fica evidente seu impacto na realidade dos servidores dos municípios integrantes do PRODEVIDA e na implementação das políticas de manejo populacional, por meio do apoio técnico de profissionais especializados na área. A continuidade da capacitação se apresenta imprescindível para aprimorar ainda mais as políticas locais e o cumprimento dos TCP's acordados.

A partir da análise dos 79 diagnósticos e tabulação dos mesmos em Excel, foi possível perceber a existência de vieses de dados. Houve municípios que não encaminharam os documentos, mesmo sendo imprescindível para receberem certificado. Com relação às perguntas analisadas, (18/57), ou seja, 31,58% ficaram sem resposta ou foram preenchidas de forma incompleta. A maioria dos municípios possui cobertura da Estratégia de Saúde da Família (76/79), totalizando 96,20%. A Atenção Básica deve ser uma ferramenta para implementação das políticas de MPCG, seja na realização do censo animal, no controle de zoonoses e sobretudo pela inserção do médico-veterinário no Núcleo de Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) para

promoção de *Saúde Única* nos territórios.

A maioria dos municípios que responderam diagnóstico possui médico-veterinário (58/79), totalizando 73,2%. Com relação ao setor responsável pelo MPCG, a Secretaria de Saúde é o principal responsável (50/79), totalizando 63,30%. Em seguida vem a Secretaria de Meio Ambiente com 23/79, com 29,11%. Os serviços públicos de saúde e meio ambiente ainda estão desarticulados e desestruturados do ponto de vista técnico, pessoal e operacional para implantarem medidas de manejo eficientes para as populações de cães e gatos, sejam eles domiciliados ou em situação de rua. Sendo assim, torna-se necessário articular o trabalho intersetorial para promoção do MPCG.

A maioria dos municípios possui censo canino e felino (74/79), 93,67%. Com relação à presença de legislação sobre o assunto, menos da metade possui, (39/79) totalizando 49,36%. Sendo assim, é preciso estimular os municípios a criarem projetos de lei que norteiem as ações de MPCG, conforme realidade do território. A maioria dos municípios não realiza recolhimento seletivo (42/79), totalizando 53,16% e nem CED (Captura; Esterilização; Devolução), (31/79) com 39,24%. É possível perceber que o recolhimento seletivo e CED são gargalos devido à falta de estrutura e conhecimento dos municípios acerca do tema, além do julgamento da sociedade ao verem o serviço público realizando devolução de animais às ruas. Para realização dessas ações deve-se verificar qual a realidade do município e realizar estratégias educativas para compreensão da sociedade civil sobre a importância das ações propostas.

Com relação ao controle de zoonoses, a maioria dos municípios possui Programa de Leishmaniose Visceral (57/79), 72,15%. A maioria também realiza campanha de vacinação antirrábica (76/79), totalizando 96,20%. Com relação à esporotricose, é possível perceber que é a doença mais negligenciada, muitos municípios não possuem nem conhecimento sobre a doença, a maioria não realiza diagnóstico para esporotricose humana (51/79), ou seja, 64,55%. A maioria não realiza diagnóstico de esporotricose felina (47/79), totalizando 59,49%.

Sendo assim, baseado nas respostas dos questionários, foi possível perceber as maiores dificuldades na implementação das políticas públicas

propostas e assim, intensificar o processo educativo com objetivo de orientar os municípios sobre a importância das ações e sobre como realizá-las a partir das realidades de cada território.

5.3 Aprimorar o instrumento de coleta de dados para aplicar nos novos municípios que aderirem ao PRODEVIDA em 2023:

Para aprimorar o diagnóstico situacional como ferramenta na implementação das políticas de manejo populacional de cães e gatos em Minas Gerais, o primeiro passo foi a conversão do diagnóstico de documento Word para o Google Forms. O Google Forms é uma ferramenta acessível, que possui compatibilidade com o telefone celular, recebe notificação via e-mail a partir das respostas, permite fácil partilha dos resultados e criação de um banco de dados, é rapidamente customizável e possui ferramentas que o torna mais fáceis de ser compreendido.

A partir daí, 3 (três) revisões foram realizadas por profissionais especialistas na área. A primeira revisão foi realizada em conjunto com a Dra. Ana Liz Bastos. Então, foi colocada uma breve introdução, com objetivo de explicar para os participantes, mais uma vez, do que se trata o formulário a ser preenchido, os temas que serão abordados, orientações para preenchimento de forma coletiva e que o formulário é editável, ou seja, poderá ser alterado após a submissão caso necessário. Ao final também foi adicionado um breve parágrafo acerca do consentimento dos dados fornecidos, de modo que poderão ser utilizados para a execução da “Capacitação para Gestão Para Manejo Populacional de Cães e Gatos”, consoante a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Além disso, era anteriormente solicitado apenas o nome de quem preencheu o formulário, então, quando foi realizada a consulta nos diagnósticos preenchidos e havia alguma dúvida com relação ao preenchimento, não era possível entrar em contato com a pessoa para verificar a resposta dada. Sendo assim, foram adicionados os campos de endereço eletrônico e telefone com DDD. A partir daí, o formulário foi dividido em 19 sessões conforme os temas abordados nas perguntas. As sessões foram marcadas com artes elaboradas pelo “Canva” para tornar o formulário

visivelmente mais atrativo. As sessões inicialmente foram:

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">· Atenção Básica;· Censo/Estimativa Populacional;· Legislação;· Conselho/comissão de trabalho;· Castração;· Recolhimento seletivo;· Animais comunitários;· Leishmaniose;· Raiva· Eutanásia; | <ul style="list-style-type: none">· Esporotricose;· Adoção;· Registro e identificação;· Educação Humanitária;· Pessoas em situação de acumulação;· Fiscalização de maus-tratos;· Plano de Contingência de Desastres;· Abrigos;· Proteção animal. |
|--|--|

Previamente, todas as perguntas do diagnóstico eram abertas e iam sendo respondidas pelos participantes, a partir do momento que foram sendo colocadas no formulário, várias já foram sendo transformadas em perguntas fechadas. As siglas foram todas especificadas para ficar mais clara a leitura. As perguntas essenciais foram marcadas como obrigatórias, e incluídas perguntas não obrigatórias complementares para coletar mais informações, em alguns casos.

A segunda revisão, foi realizada com a Dra. Danielle Ferreira Magalhães e o formulário foi novamente inteiramente revisto. Nessa revisão, o texto de apresentação foi simplificado para ficar menos acadêmico e abranger o público alvo. As perguntas da sessão de “Atenção Básica” e “Legislação” permaneceram as mesmas, só transformadas em perguntas fechadas, quando possível. Caso o município possua alguma legislação ou código de postura, há duas perguntas abertas para especificarem quais. A pergunta da Comissão e Conselho de trabalho foi transformada em pergunta fechada. No censo e estimativa populacional, foi adicionada a pergunta “de onde realizaram o censo ou estimativa populacional no município, ou seja, de onde obtiveram esses dados. Além disso, em Perguntas abertas que possuíam conceitos específicos, como, “Quantos cães domiciliados?”, foram adicionadas breves descrições de explicação do conceito abaixo. Nos casos de perguntas abertas, foram orientadas inúmeras vezes para caso não houver o serviço no município o participante responder com “Não se aplica”. A sessão de animais comunitários foi retirada e as perguntas ficaram com as de colônias de gatos e matilhas de

cães. Na parte de registro e identificação, as perguntas foram transformadas em perguntas objetivas e adicionou-se uma pergunta acerca de como os dados são armazenados no município.

As perguntas de todos os outros blocos permaneceram as mesmas, porém, foram transformadas majoritariamente em questões fechadas. Nos blocos de zoonoses foram adicionadas as perguntas “recolhimento de cadáveres, se ocorria e qual o nome da empresa responsável. No bloco de raiva, foi adicionada a pergunta “Quais as ações são realizadas pelo município em relação à raiva, além da campanha de vacinação?”. Na sessão de esporotricose, adicionou-se a pergunta “O município oferece tratamento gratuito?”.

A terceira revisão do material foi realizada com a Dra. Danielle Magalhães e Dra. Camila Oliveira, professoras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nessa revisão, foram repassadas novamente todas as perguntas do formulário. A ordem foi reorganizada com objetivo de aplicá-lo na ordem cronológica de construção da política pública. Na parte de esterilização, foi adicionada uma pergunta que solicita que os participantes elenquem quais os critérios mais utilizados para selecionar os tutores de animais que serão submetidos à castração. O objetivo é compreender quais aspectos o município mais considera na implementação de projetos de controle reprodutivo. Na parte de recolhimento seletivo, adicionou-se a pergunta se “Transporta mais de um animal por vez?”, visto que, na prática do serviço, é possível verificar casos de animais que chegam machucados no transporte, por brigas ou acidentes.

Na parte de esporotricose, a pergunta adicionada foi “Dos critérios mencionados acima, qual é o mais utilizado entre as medidas adotadas em caso de gatos e cães positivos para esporotricose?”. Na realidade de atuação é possível perceber que a esporotricose ainda é uma doença extremamente negligenciada, sendo assim, a maioria dos animais ainda é encaminhada para eutanásia, sendo que é uma doença que possui tratamento. Com relação às pessoas em situação de acumulação, foi inserida a pergunta “Qual o canal de atenção dos casos de pessoas em situação de acumulação? “, com objetivo de saber se existe um local direcionado para suporte e atenção dessas pessoas nos municípios. Por fim, na parte de proteção animal foram adicionadas duas

perguntas: Como é a relação da proteção animal com a prefeitura? Por que você considerou a relação da proteção com a prefeitura BOA ou RUIM? Descrever. Essa pergunta procura entender os gargalos da relação entre a proteção animal e o poder público que precisam trabalhar juntos para efetivação de uma política articulada e de qualidade.

5.4 Criação do banco de dados das políticas de MPCG dos municípios integrantes do PRODEVIDA em Minas Gerais:

A partir da nova aplicação do questionário em 2023, na nova versão online, será criado um banco de dados acerca da implementação das políticas de MPCG nas cidades mineiras, por meio das respostas dadas pelo diagnóstico de MPCG realizado na segunda etapa da capacitação. O modelo de diagnóstico se encontra no seguinte endereço eletrônico: <https://forms.gle/QvDSvUqj4g3hQR569>

O objetivo de trabalhar com regiões consiste em articular as ações no território, de modo que os municípios possam se ajudar a implementar as políticas e haja impacto regional quando houver resultado das ações realizadas. Dessa forma, o monitoramento periódico das ações é essencial no sucesso do programa de MPCG, já que permite que a efetividade do plano proposto seja avaliada, que problemas sejam identificados e mudanças realizadas.

Além disso, o diagnóstico em Google forms será adotado a partir do ano de 2023 nas segundas etapas de capacitação. O objetivo é apresentar o Diagnóstico nas aulas para os participantes a fim de orientar o preenchimento, a partir disso, cria-se um banco de dados das políticas no Estado que poderão ser acompanhadas pelo preenchimento recorrente da ferramenta pelos municípios.

6. CONCLUSÃO

O manejo populacional de cães e gatos utiliza estratégias para prevenir o abandono animal e o descontrole populacional, estruturadas sob a ótica da promoção da saúde da comunidade, do bem-estar animal e do equilíbrio

ambiental. Logo, o diagnóstico de MPCG é uma ferramenta fundamental para implementação das políticas públicas, integrando a parte de compreensão da realidade local e o planejamento das ações que serão implementadas e acompanhadas. Sendo assim, foi possível aprimorar a ferramenta utilizada no processo educativo realizado pelo Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC) em conjunto com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para os municípios integrantes do PRODEVIDA.

Os principais pontos alterados no diagnóstico foram:

Mudança da forma de aplicação, de modo que a versão original era preenchida em um documento no Word, no qual se verificaram vários problemas durante a coleta dos dados. Após revisão e adaptação, um novo formato foi produzido para o Google Forms, resultando em uma ferramenta online, prática e acessível que permite a criação automática de um banco de dados acerca das políticas públicas relacionadas ao Manejo Populacional de Cães e Gatos em Minas Gerais. As revisões e adaptações realizadas no documento o tornou mais objetivo, de fácil compreensão e preenchimento dos participantes.

A implementação de um programa de manejo, além de recursos humanos, financeiros e legislação, envolve um planejamento que englobe: estudo prévio (diagnóstico situacional), ações preventivas, monitoramento e avaliação permanente. Para tornar o PRODEVIDA mais efetivo, é necessário o aprimoramento das ferramentas utilizadas para capacitação dos servidores públicos que atuam com saúde animal em Minas Gerais. Espera-se que o diagnóstico atualizado seja mais compreendido pelos participantes e gere dados mais fidedignos para verificar como está a implementação das políticas no Estado.

A realização da capacitação dos profissionais, com três etapas distintas, abrangendo todos os temas essenciais para implementar uma política de MPCG, além da elaboração de um diagnóstico e um plano para orientar os trabalhos, permitem nortear os municípios das ações que precisam ser realizadas. Entretanto, torna-se necessário verificar qual está sendo o impacto dessas estratégias para o avanço das políticas em Minas Gerais e, além disso, perceber quais os gargalos enfrentados pelas prefeituras na implementação das

estratégias abordadas.

7. CRONOGRAMA

Data	Ação/tarefa
30/04/2022	Submissão à Plataforma Brasil
24/07/2022	Entrega do Relatório Parcial (1ª versão)
18/09/2022	Postagem do Relatório Parcial (1ª versão)
01/12/2022	Entrega do Relatório Parcial (2ª versão)
04/02/2023	Postagem do Relatório Parcial (2ª versão)
11/02/2023	Apresentação Powerpoint
04/03/2023	Postagem do vídeo sobre o projeto
30/03/2023	Entrega Relatório Final (1ª versão)
30/04/2023	Postagem Relatório Final (Versão final)

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GEBARA, R.R. Como iniciar um programa de manejo populacional de cães e gatos. In: GARCIA, R.C. **Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas**. São Paulo: Ed. Integrativa Vet, 2019. p. 187-190.
2. BAQUERO, O.S.; FERREIRA, F. Dinâmica e manejo populacional. In: GARCIA, R.C. **Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas**. São Paulo: Ed. Integrativa Vet, 2019. p. 194.
3. Proteção Animal Mundial. (2017). Manejo Humanitário de cães. Disponível em: https://www.worldanimalprotection.org.br/sites/default/files/media/br_files/manejo_humanitario_de_caes_wap_portugues_pg2_alta.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.
4. GEDEF. Grupo Especial de Defesa da Fauna. Manejo Humanitário e efetivo de cães e gatos. Belo Horizonte:2017. Disponível em: <https://defesadafauna.blog.br/publicacoes/>. Acesso em: 15 jun. 2022.
5. CEDEF. Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna. Políticas de Manejo Ético Populacional de Cães e Gatos em Minas Gerais. Belo Horizonte:2019. 272 p. Disponível em: <https://defesadafauna.blog.br/publicacoes/>. Acesso em: 15 jul. 2022.
6. ALMEIDA, A.P. et al. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE LENÇÓIS PAULISTA, SÃO PAULO. **ARS VETERINARIA**, Jaboticabal, v.31, n.2, p.95, 2015.
7. MELO, W.V.; BIANCHI, C. S. Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. **R. B. E. C. T.**, vol 8, n. 3, 2015.
8. GUNTHER, H. Como elaborar um questionário. **Série: Planejamento de pesquisanas Ciências Sociais**, Brasília, n. 1, 2003.
9. SILVA, C.B.; RAMIRES, J.C.L. REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE EM MINAS GERAIS: ALGUMAS REFLEXÕES CRÍTICAS. **HYGEIA, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 6, n. 11, 2010.

9. ANEXOS

ANEXO I

Diagnóstico situacional do MPCG.xlsx

	Distritos urbanos	Distritos rurais	Comunidade indígena	Comunidade quilombola	Estratégia /programa de saúde da família (PSF)	Cadastro domiciliar e territorial	Vigilância em saúde	Vigilância ambiental	M. V. na prefeitura	Saúde é responsável pelo MPCG	Meio Ambiente é responsável pelo MPCG	Agropecuária é responsável pelo MPCG
Não	12	10	27	26	0	3	0	14	21	25	52	75
Não respondeu	45	45	50	49	3	9	3	3	0	4	4	4
Sim	22	23	2	4	76	67	76	62	58	50	23	0

Tem censo canino e felino	O censo é da campanha antirrábica	Tem matilhas de cães	Tem colônias de gatos	Existem legislações que tratam do assunto	Conselho ou outro grupo de MPCG	Possui serviço de esterilizações gratuitas de caninos e/ou felinos?	Esteriliza cães e gatos de tutores	Esteriliza cães e gatos de rua	Esteriliza cães e gatos de protetores ou associações	Faz recolhimento seletivo	A equipe é treinada	O veículo utilizado é próprio para esse fim	Realiza o CED
4	17	27	41	33	38	36	18	20	19	42	33	25	31
1	28	24	27	7	7	2	25	23	26	13	33	34	25
74	34	28	11	39	34	41	36	36	34	24	11	19	22

Tem cães comunitários	Programa de Leishmaniose Visceral	Tutor tem a oportunidade de tratar	Tem acompanhamento pelo serviço público	M.V. é responsável pela eutanásia	Faz eutanásia além do controle de zoonoses	Faz campanha antirrábica	Executa outras ações além da campanha	Faz diagnóstico de esporotricose humana	Faz diagnóstico de esporotricose felina	Faz alguma ação voltada para a esporotricose ?	Tutor tem a oportunidade de tratar
38	20	5	26	5	36	1	19	51	47	46	11
23	2	20	28	25	17	2	8	19	16	24	50
18	57	54	25	49	26	76	49	8	14	7	18

Tem acompanhamento pelo serviço público	Tem programa de adoção no município	Animal é adotado e vacinado	Animal é adotado e castrado	Usa termo de adoção	Faz pós adoção	Possui registro e identificação	Tem base de dados	Tem programa de educação	Realiza ações em relação à acumulação	Fiscaliza maus-tratos	Fiscaliza comércio de cães e gatos	Tem plano de contingências para desastres	Esse plano inclui cães e gatos
20	36	21	23	19	27	39	29	25	22	35	52	43	26
53	8	32	31	34	36	22	33	12	21	17	19	18	46
6	35	26	25	26	16	18	17	42	36	27	8	18	7

Tem UVZ/CCZ/abrigo	Tem registro no CRMV	Os animais estão castrados	Os animais estão identificados
41	28	15	19
14	50	51	51
24	1	13	9

ANEXO II

Diagnóstico situacional do manejo populacional de cães e gatos

Nome do município:

Responsável pelo preenchimento:

- O município possui Estratégia/Programa da Saúde da Família?
- Qual a cobertura do ESF/PSF no município?
- O município preenche o CADASTRO DOMICILIAR E TERRITORIAL, pela Atenção Básica?
- Possui Vigilância em Saúde?
- Se sim, quais vigilâncias compõem a Vigilância em Saúde?
- Possui Vigilância Ambiental?
- Possui médico-veterinário na prefeitura? Em qual(is) setor(es)?
- Qual setor da Prefeitura é responsável pelo Manejo Populacional de Cães e Gatos?
- Qual o tamanho atual da população canina (usar dados já presentes no município, dados do Registro Geográfico do Programa Nacional de Controle da Dengue, campanha de vacinação antirrábica, censo específico feito no município)
 1. Qual número total de cães
 2. Quantos domiciliados
 3. Quantos comunitários
 4. Quantos são de rua
 5. Quantas fêmeas/machos?
 6. Quantos filhotes/adolescentes/adultos?
 7. Castrados e não castrados?
 8. Qual a quantidade de nascimentos e mortes no período de um ano?
 9. Existem matilhas de cães (aterro sanitário, parques, etc.)?
- Qual o tamanho atual da população felina (usar dados já presentes no município, dados do Registro Geográfico do Programa Nacional de Controle da Dengue, campanha de vacinação antirrábica, censo específico feito no município)
 1. Qual número total de gatos
 2. Quantos domiciliados
 3. Quantos comunitários
 4. Quantos são de rua
 5. Quantas fêmeas/machos?

6. Quantos filhotes/adolescentes/adultos?
7. Castrados e não castrados?
8. Qual a quantidade de nascimentos e mortes no período de um ano?
9. Existem colônias de gatos (cemitérios, parques, instituições, etc.)?
 - Existe legislação municipal vigente a respeito do controle populacional de cães e gatos?
 - Alguma outra legislação municipal, como Código de Postura Municipal, Código Sanitário Municipal ou outro documento deste tipo tratam da questão animal?
 - Existe um grupo de trabalho, conselho ou comissão composta por pessoas com interesse e responsabilidade quanto ao manejo populacional de cães e gatos?
 - Possui serviço de atendimento médico-veterinário próprio ou conveniado para realizar esterilizações gratuitas de caninos e/ou felinos? Caso seja conveniado, informar como funciona. Caso realize esterilizações gratuitas, queira informar:
 - Quantas castrações de felinos são realizadas por mês? E caninos?
 - As esterilizações são feitas em Unidade Móvel (UMEES) ou Fixa?
 - Caso sejam feitas em UMEES, qual a frequência a Unidade atende o município?
 - O município participa de algum consórcio ou associação de municípios? Se sim, qual?
 - **Se o serviço está regular perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV/MG), notadamente quanto ao cumprimento do previsto na Resolução CFMV nº 962/2010 e 367/2019, devendo, nesse caso, apresentar a documentação correlata.**
 - Qual a técnica cirúrgica utilizada?
 - Qual o protocolo anestésico utilizado?
 - Quem é o responsável técnico pelo serviço?
 - Qual o critério utilizado para escolha dos tutores dos cães e gatos que serão esterilizados?
 - É realizada triagem dos cães e gatos que serão operados? Se sim, como é feita?
 - Realiza esterilizações de cães e gatos de tutores?
 - E de cães e gatos de rua? Se sim, como é feito o pós-operatório?
 - Realiza esterilização de cães e gatos de protetores ou associações/ONGs?
 - Possui serviço de recolhimento de cães e gatos nas ruas?
 - Quais critérios são usados para o recolhimento de cães e gatos nas ruas?
 - Recolhe, a pedido do tutor, cães e gatos saudáveis ou que não sejam nocivos à saúde e à segurança de seres humanos?
 - Como é feito o recolhimento (quem realiza, quais métodos, instrumentos e EPIs são usados no recolhimento)?

- A equipe de recolhimento possui treinamento para esse serviço? Se sim, onde foi realizado?
- O veículo utilizado no recolhimento de cães e gatos é próprio para esse fim?
- Como são transportados os cães e gatos dentro do veículo (dentro de caixas de transportes, gaiolas fixas, ou outro tipo)?
- Como é realizada limpeza e desinfecção dos veículos utilizados para o transporte de cães e gatos?
- Qual o destino dos cães e gatos recolhidos pelo município?
- Qual o número de cães e gatos recolhidos das vias públicas por mês?
- Qual o número de cães e gatos devolvidos às vias públicas ou aos tutores?
- Realiza o CED? Captura (recolhe), esteriliza, identifica e devolve cães e gatos recolhidos das ruas?
- Recolhe tanto cães quanto gatos?
- Como é realizado esse procedimento (técnica para captura/recolhimento dos cães e gatos)?
- Os cães e gatos de rua recolhidos são esterilizados onde, qual local permanecem (instalações) e como são manejados até sua devolução para as ruas?
- O município mantém cães e gatos comunitários?
- Quais são os critérios para selecionar os cães e gatos que são considerados comunitários?
- Quais são os critérios para selecionar os mantenedores desses cães e gatos?
- É feito cadastro dos mantenedores de cães e gatos comunitários? Se sim, quais dados são exigidos?
- Quais procedimentos são realizados com esses cães e gatos (registro, identificação, esterilização, imunização, etc)?
- Como é feito o monitoramento desses cães e gatos?
- Executa alguma ação em relação às colônias de gatos ferais e/ou matilhas de cães?
- O município executa o programa oficial do Ministério da Saúde de controle da leishmaniose visceral?
- Quais testes utilizados?
- Qual número de cães examinados por suspeita de leishmaniose por mês em média?
- Qual número de cães diagnosticados positivos e diagnosticados negativos por mês em média?
- Quais as medidas adotadas em caso de cães positivos para leishmaniose?
- É dado ao tutor a opção de tratar seu cão?

- Caso o tutor opte pelo tratamento é feito algum termo de compromisso com ele?
- Caso o tutor opte pelo tratamento é feito acompanhamento pelo serviço público?
- Onde é realizada a eutanásia dos cães positivos?
- Quem é responsável pela eutanásia?
- Qual o protocolo usado na eutanásia?
- Como são acondicionados os cadáveres dos cães e gatos?
- Qual destino dos cadáveres dos cães e gatos?
- Caso sejam recolhidos por empresa, qual o nome da empresa responsável por esse serviço?
- O município faz eutanásia de cães e gatos, além do controle de zoonoses?
- Quantos cães e gatos foram eutanasiados e qual o motivo, por mês em média?
- Existem protocolos/fluxograma para orientação da execução da eutanásia?
- Quantos cães e gatos foram vacinados na última campanha de vacinação antirrábica? (Anexar comprovação da última campanha antirrábica. Documento enviado à SES).
- Quais as ações são realizadas pelo município em relação a raiva, além da campanha de vacinação?
- Quantos acidentes por agressão animal o município atende em média por mês?
- Quantas doses de vacina antirrábica humana foram aplicadas para protocolos de pós-exposição?
- O município realiza diagnóstico de esporotricose humana? Se sim, como é feito?
- O município realiza diagnóstico de esporotricose felina ou canina? Se sim, como é feito?
- Quantos casos de esporotricose humana já foram diagnosticados no município? Quantos negativos?
- Quantos casos de esporotricose felina ou canina já foram diagnosticados no município? Quantos negativos?
- Quais as medidas adotadas em caso de cães e gatos positivos para esporotricose?
- O município realiza alguma ação voltada para prevenção e controle da esporotricose? Se sim, qual(is)?
- É dado ao tutor a opção de tratar seu cão ou gato?
- Caso o tutor opte pelo tratamento é feito algum termo de compromisso com ele?
- Caso o tutor opte pelo tratamento é feito acompanhamento pelo serviço público?
- Onde é realizada a eutanásia dos cães e gatos positivos?
- Quem é responsável pela eutanásia?
- Qual o protocolo usado na eutanásia?

- Como são acondicionados os cadáveres dos cães e gatos?
- Qual destino dos cadáveres dos cães e gatos?
- Caso sejam recolhidos por empresa, qual o nome da empresa responsável por esse serviço?
- Existe programa de adoção no município? Se sim, quem realiza (própria prefeitura, ong/osc, empresas parceiras, clínicas veterinária, etc)?
- Os cães e gatos disponíveis para a adoção são castrados, vacinados, desverminados e microchipados (ou outra técnica para marcar o animal)?
- É fornecido ao adotante o comprovante sanitário ou cartão de vacina?
- O município faz entrevista/questionário para selecionar os adotantes?
- O município usa termo de adoção ou documento similar na entrega do animal para o adotante?
- Como é feita a divulgação dos cães e gatos disponíveis para adoção?
- O município monitora as adoções (realiza visitas de pós adoção)?
- Como é realizado esse monitoramento?
- Por quanto tempo após a adoção os cães e gatos são monitorados?
- Qual a média de cães e gatos adotados por mês?
- Qual o número de cães e gatos devolvidos e quais são os motivos da devolução?
- Possui serviço municipal de registro e identificação de felinos e canino?
- Qual método é utilizado para identificar os cães? E os gatos?
- Existe uma base de dados para registro dos cães e gatos? Se sim, qual ou como os dados são armazenados?
- Quais dados do tutor e/ou do cão e gato são coletados?
- É feito algum programa de educação em saúde/ambiental/humanitária? Se sim, quem é responsável e como é feito (cartilha, folder, apresentação oral, etc)?
- Onde são feitas as ações educativas (escolas, unidades de saúde, comunidades, etc)?
- Com qual frequência são realizadas as ações educativas?
- Em relação às pessoas em situação de acumulação, como o município procede em casos de notícias/constatações?
- Quantos casos já foram identificados no município?
- Quais órgãos e profissionais envolvidos nessas situações?
- Qual é o protocolo do município em relação aos casos noticiados de maus-tratos de cães e gatos?

- A Prefeitura dispõe de um canal de comunicação com a população para notícias de maus-tratos?
- Possui alguma equipe própria para este serviço?
- Fiscaliza pessoas físicas e jurídicas que comercializam cães e gatos?
- Em casos de comércio de animais de forma ilegal, quais as medidas tomadas pelo município?
- O município possui plano o de contingências para desastres (enchentes, queimadas, deslizamentos, etc)?
- Esse plano inclui cães e gatos?
- Quais órgãos estão envolvidos nesse plano de contingência?
- O município tem UVZ/CCZ/ canil/gatil/abrigo de cães e gatos?
- O abrigo é vinculado a qual órgão?
- O abrigo é terceirizado ou municipal?
- Quem é o Responsável Técnico do local? Qual a carga horária?
- O abrigo é registrado no CRMV-MG?
- O abrigo recebe cães e gatos?
- Qual é a capacidade do abrigo?
- Quantos cães e gatos estão abrigados atualmente?
- Os cães e gatos abrigados estão castrados e identificados?
- Qual a distância do abrigo ao centro do município?
- Quais atividades são realizadas no abrigo (castração, educação, adoção, etc. Descrever)?
- Quantos funcionários o abrigo possui? Como é feita a escala aos finais de semana?